

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITARIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANNA JÚLIA CORRÊA NUNES

MATHEUS SILVA DE SOUZA

SUELEN PEREIRA LOPES

**OS DESAFIOS AO ACOLHIMENTO DO PACIENTE SURDO NO
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

VOLTA REDONDA

2023

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA
CENTRO UNIVERSITARIO DE VOLTA REDONDA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**OS DESAFIOS AO ACOLHIMENTO DO PACIENTE SURDO NO
ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Monografia apresentada ao Curso de Odontologia do Centro Universitário de Volta Redonda, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Odontologia.

Alunos: Anna Júlia Corrêa Nunes

Matheus Silva de Souza

Suelen Pereira Lopes

Orientadora: Lívia de Paula Valente Mafra

Coorientadora: Roberta Mansur Caetano

VOLTA REDONDA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tação Wagner - CRB 7/RJ 4316

S729d Souza, Matheus Silva de

Os desafios ao acolhimento do paciente surdo no atendimento
odontológico: uma revisão de literatura. / Matheus Silva de Souza;
Anna Júlia Correa Nunes; Suelen Pereira Lopes. – Volta Redonda:
UniFOA, 2023. 28 p. II

Orientador (a): Profa. Livia de Paula Valente Mafra

Coorientador (a): Profa. Roberta Mansur Caetano



FOLHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão do Curso intitulado: *Os desafios no acolhimento do paciente visado no atendimento odontológico: uma revisão de literatura.*

Elaborado por *Anna Julia Pereira Nunes, Matheus Silva de Souza, Suelen Pereira Lopes.*

E apresentado publicamente perante a Banca Avaliadora, como parte dos requisitos para conclusão do Curso de Odontologia.

Aprovada em *31* de *Outubro* de *2023*

Banca Avaliadora:

[Assinatura]

Assinatura do Professor Orientador

[Assinatura]

Assinatura do Professor Avaliador 1

[Assinatura]

Assinatura do Professor Avaliador 2

DEDICATÓRIA

“Dedico este trabalho a Deus, por jamais ter desistido dos meus sonhos e por ter me fortalecido durante essa jornada, aos meus pais, Valdinei e Rosângela, por serem meus maiores e melhores incentivadores, que acreditaram, lutaram e sonharam todos os dias muito mais que eu mesma, sem o apoio, confiança e amor de vocês, eu nada seria. Ao meu irmão, Victor, que sempre esteve presente e foi meu companheiro em todos os momentos, a vocês a minha eterna gratidão e amor”.

Anna Júlia C. Nunes

“À minha mãe Angela que, mesmo diante do impossível, nunca deixou de acreditar. Ao amor e à sobrenatural natureza do amor que me trouxe até aqui”.

Matheus Silva de Souza

“Tenho a certeza de que, sem o auxílio de Deus e a minha base familiar, este sonho não teria sido realizado. Dedico a finalização de minha pesquisa a toda minha família, especialmente aos meus pais Webber e Eliani que lutaram com toda força para me ver realizar mais um sonho e por sempre acreditarem em mim, mesmo quando eu já duvidava. Também, em especial, dedico este trabalho aos meus tios, tias e minha vó que tanto me inspira, por toda a orientação que me deram. Meus agradecimentos não serão suficientes para expressar minha gratidão, todo apoio e amor que recebi ao longo dessa trajetória”.

Suelen Pereira Lopes

AGRADECIMENTO

Nosso agradecimento primeiramente a DEUS, por nos ter dado força, coragem e amparo para trilhar nosso caminho. Aos nossos pais e nossa família que estiveram presentes em todos os momentos da construção deste sonho. A nossa amada orientadora Livia Mafra, por toda dedicação, entrega, paciência e carinho conosco, por nos impulsionar e depositar seu tempo e confiança no nosso trabalho.

EPÍGRAFE

“Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele. Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração”.

(Nelson Mandela)

RESUMO

A definição de deficiência é muitas vezes vista como impedimento físico e mental a ser resolvido ou curado, quando, na verdade, é uma característica da vivência humana de algumas pessoas. O objetivo desse estudo foi discutir os desafios do atendimento odontológico de pessoas surdas e o papel dos profissionais da odontologia para o sucesso deste. Uma revisão bibliográfica foi usada para a fundamentação teórica desse trabalho. Observou-se que, mesmo amparados por leis e direitos garantidos constitucionalmente, a população surda enfrenta barreiras no acesso a atendimento de qualidade, tendo observadas suas especificidades. Ter sua identidade e cultura respeitada, ter acesso à educação, saúde e oportunidades de trabalho são, ainda hoje, dificuldades para esta população. Concluiu-se que, conscientização dos profissionais à importância da inclusão e da comunicação acessível é fundamental para que o atendimento odontológico de pessoas surdas não seja visto como um desafio intransponível, mas uma responsabilidade e uma oportunidade de garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde.

Palavras-chave: Barreiras da Comunicação; Assistência Odontológica para Pessoas com Deficiências; Surdez.

ABSTRACT

The definition of disability is often seen as a physical and mental impediment to be resolved or cured, when, in fact, it is a characteristic of the human experience of some people. The objective of this study was to discuss the challenges of dental care for deaf people and the role of dental professionals in its success. A bibliographic review was used for the theoretical foundation of this work. It was observed that, even supported by laws and constitutionally guaranteed rights, the deaf population faces barriers in accessing quality care, having observed their specificities. Having their identity and culture respected, having access to education, health and job opportunities are, even today, difficulties for this population. It was concluded that professionals' awareness of the importance of inclusion and accessible communication is essential so that dental care for deaf people is not seen as an insurmountable challenge, but a responsibility and an opportunity to guarantee equal access to healthcare.

Keywords: Communication Barriers; Dental Care for People with Disabilities; Deafness.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

et al.	e colaboradores
IES	Instituição de Ensino Superior.
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
%	Porcentagem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 METODOLOGIA.....	12
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
3.1 Lei da Inclusão.....	13
3.1.1 Regulamentação Específica	13
3.2 Surdo na Sociedade	14
3.2.1 População Surda e a Educação	15
3.3 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	16
3.3.1 Reconhecimento legal das LIBRAS.....	17
3.3.2 A LIBRAS e a comunidade surda	18
3.4 Atendimento Odontológico ao paciente com surdez	19
3.4.1 Deficiência no Ensino Superior	19
3.5 Dificuldade na informação e pesquisa	20
3.5.1 Dificuldade no atendimento	20
3.6 Tecnologia e inclusão no atendimento odontológico	22
4 DISCUSSÃO	23
5 CONCLUSÃO	25
6 REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de se comunicar é algo inerente ao ser humano e, para que uma boa comunicação aconteça, é necessário haver compreensão mútua entre partes envolvidas. Na odontologia, uma comunicação clara e eficaz é fundamental para o bom andamento e o sucesso do tratamento. Mas como garantir uma comunicação eficiente se os envolvidos não conseguem se entender? (DIAS, 2019).

Definida pelo Ministério da Saúde como “impossibilidade ou dificuldade de ouvir”, a surdez é uma deficiência sensorial invisível, tornando os processos ao longo da vida mais penosos para os indivíduos que vivem com ela. As dificuldades encontradas nas interações, educação escolar, colocação no mercado de trabalho, entre tantas outras, também tangenciam a inconsistência educacional dos profissionais de saúde no que diz respeito ao atendimento desse público (BRASIL, 2017).

A Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015, denominada “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, assegura, em seu Art. 4, que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.”, discriminação esta que, no primeiro inciso do artigo, inclui a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

A relação que se estabelece entre o cirurgião dentista e o paciente, nesses casos, muitas vezes se estabelece de maneira pobre e frágil, devido ao despreparo e a falta de qualificação para a realização desse tipo de atendimento, o que pode influenciar diretamente no bom andamento e sucesso do tratamento (BRASIL, 2019).

O objetivo deste estudo foi discutir os desafios do cirurgião dentista para estabelecer uma comunicação eficiente e, assim, ofertar um acolhimento e atendimento de qualidade para esses pacientes.

2 METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão narrativa, com coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, por meio de levantamento bibliográfico.

Para construção do referencial teórico foram analisados trabalhos científicos, indexados nas bases de dados Scholar Google, LILACS, MEDLINE e SciELO, no idioma português e inglês.

Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações nas línguas portuguesa: barreiras para comunicação, surdez, diversidade, equidade, inclusão, assistência odontológica para pessoas com deficiência.

Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português e inglês, artigos na íntegra que retratassem a temática referente aos desafios ao acolhimento dos pacientes surdos no atendimento odontológico e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados.

A análise e síntese dos estudos selecionados, foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, contar, descrever e classificar os dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema explorado na revisão.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Lei da Inclusão

A Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco importante na promoção dos direitos e garantias das pessoas com deficiência no Brasil. Instituída pela Lei nº 13.146/2015, essa legislação abrangente tem como objetivo principal assegurar a igualdade de oportunidades, a inclusão social e o exercício pleno da cidadania das pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece diretrizes fundamentais para a garantia dos direitos dessas pessoas, reconhece a deficiência como uma condição inerente à diversidade humana e enfatiza a importância da participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em todas as esferas da vida social, buscando superar a visão tradicional de pessoas com deficiência como meros objetos de assistência e caridade, e reforça o caráter de sujeitos de direitos. Ela prevê medidas para garantir a acessibilidade em todos os aspectos da vida, incluindo transporte, educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, saúde e atendimento odontológico (KOYAMA, 2017).

No contexto da saúde, a Lei Brasileira de Inclusão estabelece que é dever do Estado garantir o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde, promovendo a eliminação de barreiras e a oferta de recursos adequados (ABNT, 2015).

3.1.1 Regulamentação Específica

A regulamentação específica referente às pessoas surdas no Brasil abrange um conjunto de diretrizes e normas que visam garantir a inclusão e a acessibilidade desses indivíduos em diversos contextos, incluindo o campo da saúde. Essas regulamentações são fundamentais para orientar e respaldar a implementação de medidas que assegurem o pleno exercício dos direitos das pessoas surdas. Isso inclui

a disponibilização de informações em formatos acessíveis, a presença de profissionais capacitados em Libras (Língua Brasileira de Sinais) e a oferta de recursos de comunicação alternativa e aumentativa, quando necessário (ABNT, 2015).

Destaca-se a Política Nacional de Saúde Integral das Pessoas com Surdez, que tem como objetivo promover ações para a promoção da saúde e a inclusão social das pessoas surdas. Essa política busca garantir o acesso a serviços de saúde qualificados, respeitando as especificidades linguísticas e culturais dos surdos, além de promover ações de prevenção, diagnóstico e reabilitação relacionadas à audição (BRASIL, 2015).

Essenciais para assegurar que os serviços de saúde sejam acessíveis e inclusivos para as pessoas surdas, essas regulamentações estabelecem diretrizes claras e objetivas, incentivando a adoção de práticas inclusivas e promovendo a igualdade de oportunidades no acesso aos serviços de saúde (CASSIANO, 2017).

3.2 Surdo na sociedade

A deficiência auditiva, também conhecida como surdez, pode ser abordada tanto na visão orgânico-biológica quanto na visão socioantropológica (BISOL; VALENTINI, 2011).

Na visão orgânico-biológica, a deficiência auditiva é caracterizada pela perda total ou parcial da audição devido a uma disfunção no sistema auditivo. Essa disfunção pode ser causada por fatores genéticos, lesões no ouvido, infecções, exposição a ruídos excessivos, entre outros. Essa perspectiva enfoca a questão da surdez como uma condição médica que requer tratamentos específicos, como o uso de aparelhos auditivos e implantes cocleares, por exemplo (SOLEMAN; BOUSQUAT, 2021).

Já na visão socioantropológica, a deficiência auditiva é vista como uma questão social e cultural que afeta a vida dos surdos de forma mais ampla. Nessa perspectiva, a surdez é considerada como uma identidade cultural e linguística, uma vez que muitos surdos utilizam a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como forma de comunicação. Nesse sentido, a deficiência auditiva é vista como uma questão de inclusão social, que envolve a garantia de acessibilidade aos espaços públicos e

privados, bem como a valorização da cultura e dos direitos dos surdos (SOLEMAN; BOUSQUAT, 2021).

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade passou por diferentes períodos de exclusão, segregação institucional e integração até que, na atualidade, o paradigma da inclusão é preconizado. No caso dos surdos, houve um período de segregação institucional em que a escola proibia o uso da Língua de Sinais, pois acreditava-se que ela inviabilizaria o desenvolvimento da fala. Também houve uma crença de que a Língua de Sinais não poderia ser considerada como uma língua legítima (SACALOSKI, 2021).

Os surdos que são usuários das línguas de sinais possuem uma cultura própria, na qual a falta da audição promove uma forma particular de experimentar o mundo e se situar nele e a Língua de Sinais faz parte de sua identidade. Essas pessoas, portanto, são considerados sujeitos passivos na sua vida, principalmente no processo de cuidado em saúde que têm pouca autonomia em vários processos, pois, na maioria das vezes, precisam de um intérprete ou de algum conhecido como interlocutor das conversas, não tendo preservada sua privacidade (YONEMOTU; VIEIRA, 2020).

3.2.1 População Surda e a Educação

Quando o assunto é educação, a população surda se enquadra em porcentagens muito baixas de formação. No Brasil, de 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, 2,3 milhões têm deficiência severa, sendo predominante na faixa de 60 anos de idade ou mais (INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2019).

A deficiência auditiva é uma deficiência que se agrava com o passar dos anos, e como o Brasil está passando por um processo de envelhecimento da população, é estimado que em 2050, vamos ultrapassar 98 milhões de brasileiros com mais de 50 anos de idade, nesse cenário de envelhecimento crescente da população brasileira oferecer condições de inclusão para as pessoas com deficiência auditiva é cada vez mais importante, porque o número de pessoas com algum nível de surdez só vai crescer (MEIRELLES, 2019).

Dois em cada três brasileiros surdos relatam enfrentar dificuldades nas atividades do cotidiano. Com isso, eles se divertem menos, têm menos chance no mercado de trabalho, não têm as mesmas oportunidades educacionais que os ouvintes têm. A falta de acolhimento e inclusão limitam o acesso dos surdos às oportunidades básicas, como educação, onde somente 7% têm ensino superior completo; 15% frequentaram até o ensino médio, 46% até o fundamental e 32% não possuem grau de instrução (INSTITUTO LOCOMOTIVA, 2019).

E como a população surda tem menos oportunidade de estudar do que a população ouvinte, conseqüentemente tem mais dificuldade no mercado de trabalho. Esse conjunto de preconceitos que existe na sociedade acaba criando um círculo vicioso que não possibilita que os surdos e os ouvintes tenham as mesmas oportunidades (MEIRELLES, 2019).

3.3 Língua Brasileira de Sinais (Libras)

A comunicação é um elemento essencial na vida em sociedade, permitindo a troca de informações, a expressão de ideias e a interação entre as pessoas. No entanto, nem todas as formas de comunicação são iguais, e diferentes grupos linguísticos têm suas próprias maneiras de se expressar e se comunicar. No contexto das pessoas surdas, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha um papel fundamental como meio de comunicação e expressão. A Libras é reconhecida como uma língua legítima e oficial no Brasil, tendo suas características próprias e uma estrutura linguística única, baseada em sinais, expressões faciais e movimentos corporais (BRASIL, 2002).

É importante salientar que a LIBRAS na comunicação vai além da mera tradução da língua falada para gestos. Ela promove a autonomia, a participação social e o acesso à informação para as pessoas surdas, permitindo que se expressem plenamente e se conectem com o mundo ao seu redor. Além disso, a Libras contribui para a inclusão educacional, profissional e social das pessoas surdas, auxiliando no rompimento de barreiras comunicacionais e no estabelecimento de relações de igualdade (MATOS; NASCIMENTO, 2017).

Ao longo dos anos, a Libras tem conquistado reconhecimento legal e sido cada vez mais valorizada como forma de garantir a inclusão e a acessibilidade das pessoas surdas. A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras, e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta seu ensino e difusão, são marcos importantes nesse processo (BRASIL, 2005).

3.3.1 Reconhecimento legal da LIBRAS

O reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais no Brasil representa um marco importante para a inclusão das pessoas surdas e a garantia de seus direitos linguísticos. A Libras foi reconhecida como uma língua legítima e oficial por meio da Lei nº 10.436, promulgada em 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002).

Essa lei estabelece que a Libras é reconhecida como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas brasileiras, sua importância como uma língua natural e plena, com estrutura, gramática e culturas próprias, e assegura às pessoas surdas o direito de utilizá-la em todas as esferas da vida social, incluindo a educação, saúde, trabalho, lazer e acesso à informação (BRASIL, 2002).

Posteriormente, o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a Lei de Libras, estabelecendo diretrizes para sua difusão, ensino e uso nos diferentes setores da sociedade. Esse decreto reforça o caráter oficial da Libras e estabelece a necessidade de garantir a presença de intérpretes de Libras em instituições públicas e privadas, bem como a inclusão da Libras nos currículos escolares e na formação de profissionais da área de saúde e educação (BRASIL, 2005).

No entanto, é importante ressaltar que o reconhecimento legal da Libras não implica apenas em garantir sua utilização, mas também em assegurar condições adequadas para que as pessoas surdas possam exercer plenamente seus direitos linguísticos, como acesso a intérpretes de Libras, materiais educacionais e informativos em Libras, bem como o respeito à sua identidade e cultura linguística (BRASIL, 2002).

3.3.2 A LIBRAS e a comunidade surda

A Libras desempenha um papel fundamental na vida das pessoas surdas, sendo essencial para sua comunicação e interação com o mundo ao seu redor. A importância da Libras reside em diversos aspectos, abrangendo desde a inclusão social e educacional até a promoção da identidade cultural das comunidades surdas (MORI; SANDER, 2015).

Uma das principais razões pela qual a Libras é importante é que ela permite que as pessoas surdas se expressem plenamente e se comuniquem de maneira eficaz. Ao utilizar sinais, expressões faciais e movimentos corporais, a Libras oferece um meio de comunicação visual e espacial, que é natural para as pessoas surdas. Isso possibilita que elas expressem suas ideias, emoções e necessidades de forma clara e compreensível, contribuindo para sua autonomia e autoexpressão (THOMA, 2016).

Através da Libras, as pessoas surdas compartilham sua história, valores, tradições e experiências, formando uma identidade cultural única. A valorização da Libras contribui para o fortalecimento dessa identidade, promovendo o respeito e o reconhecimento da diversidade linguística e cultural das comunidades surdas (MATOS; NASCIMENTO, 2017).

A história da Libras está entrelaçada com a luta e a conquista dos direitos linguísticos das pessoas surdas no Brasil. A valorização e o reconhecimento da Libras como uma língua oficial têm proporcionado avanços significativos na inclusão das pessoas surdas na sociedade, na educação, no mercado de trabalho e em outros aspectos da vida social (THOMA, 2016).

No entanto, é importante destacar que ainda existem desafios a serem superados para garantir a plena acessibilidade e o respeito aos direitos das pessoas surdas. A difusão da Libras, a formação de profissionais qualificados e a conscientização da sociedade sobre a importância da língua de sinais são aspectos essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária (MATOS; NASCIMENTO, 2017).

3.4 Atendimento Odontológico ao paciente com surdez

A reflexão sobre o atendimento odontológico ao paciente com surdez nos leva a compreender como é a formação dos cirurgiões dentista, levando em consideração a abordagem do tema na Universidade e especialização. Além dos estudos e pesquisas sobre o tema, a fim de compreender toda complexidade do tema.

3.4.1 Deficiência no ensino superior

Em 2018, houve uma reformulação nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de odontologia. Na ocasião, a reformulação aprovada incorpora a Educação em Saúde e as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação em Odontologia como referências. Também foram incluídos como componentes curriculares as línguas oficiais do Brasil (Língua Portuguesa e Libras). Contudo, o documento não especifica detalhes a respeito da ementa e carga horária da disciplina libras (BRASIL, 2018).

Para a odontologia, atender pacientes surdos pode ser um grande desafio. Muitas vezes, os estudantes não têm contato com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) durante a graduação, o que pode prejudicar ainda mais a saúde bucal desses indivíduos. Ainda é discreta a aplicação da Libras nas universidades públicas e mais comuns nas instituições privadas de ensino superior, mas geralmente não é requisito obrigatório (MEDEIROS et al., 2020).

Segundo um estudo realizado em 2019, após análise da matriz curricular dos cursos de odontologia de 144 Instituição de Ensino Superior (IES) do Sudeste, dentre públicas e privadas, 83 ofereciam Libras como disciplina. Cerca de 90% delas ofereciam a disciplina como eletiva ou opcional, com média de 49,54h de carga horária, considerada insuficiente por grande parte dos estudantes, que não se sentiam devidamente preparados para atender a população surda. Além disso, as disciplinas são ofertadas de maneira teórica, o que torna o método de educação ineficiente, alheio à cultura e comunidade surda (MEDEIROS et al., 2020).

O cuidado integral em saúde bucal é baseado em vários princípios, incluindo os mencionados na Constituição: universalidade, integralidade e equidade. Um

desses princípios é o acolhimento, que envolve uma série de ações, como atendimento, escuta, orientação, encaminhamento e acompanhamento, que representam o primeiro passo no cuidado com os pacientes e ajudam a aumentar a resolutividade, adesão e manutenção da saúde coletiva (MORAES et al., 2006).

3.4.2 Dificuldade na informação e pesquisa

A complexidade da questão dos cuidados com a saúde da população surda, atinge os mais diversos campos. A quantidade limitada de literatura sobre o assunto torna a realidade da comunidade ainda mais distante. A ausência de dados robustos e estudos detalhados compromete a capacidade de profissionais de saúde bucal em fornecer orientações precisas e adaptadas às necessidades dessa população. Além disso, a carência de pesquisa também impacta negativamente a formulação de políticas de saúde que poderiam abordar de maneira eficaz as demandas particulares relacionadas aos cuidados bucais dos surdos (AL-MAWERI; ZIMMER, 2015).

Uma revisão de escopo, datada em 2019, é dada como a primeira de seu tipo com foco na saúde da população surda, segundo os autores. O que evidencia a grandeza na dimensão do problema não se dá só no Brasil. A escassez de pesquisas abrangentes sobre a saúde bucal dos pacientes surdos reflete uma lacuna significativa no conhecimento científico. A complexidade das barreiras de comunicação, a diversidade das experiências culturais e as necessidades específicas dessa população muitas vezes são negligenciadas em estudos acadêmicos. A falta de dados e evidências empíricas limita a compreensão dos fatores que contribuem para as disparidades de saúde bucal entre os pacientes surdos e a população em geral. Essa ausência de pesquisa também prejudica o desenvolvimento de intervenções eficazes e personalizadas, que poderiam melhorar a saúde bucal e a qualidade de vida dos pacientes surdos (CAMPOS; CARTES-VELÁSQUES; MCKNEE, 2019).

3.5 Dificuldades no atendimento odontológico

A comunicação é essencial para estabelecer uma conexão significativa entre a equipe de saúde e o paciente, independentemente da área de atuação. É por meio dessa comunicação que podemos compreender as queixas, desejos e expectativas

do paciente, o que leva a um diagnóstico preciso e ao desenvolvimento de um plano de tratamento adequado para cada situação. Essa abordagem contribui para a prestação de cuidados de saúde que são humanizados e abrangentes, levando em consideração as necessidades individuais de cada paciente. Dentre as barreiras que a comunicação na área da saúde pode enfrentar, vão desde o uso de termos técnicos e científicos complexos, estão as situações em que os pacientes são surdos e os profissionais de saúde não dominam a Língua de Sinais do país, resultando na impossibilidade de estabelecer um diálogo eficiente (BORBA, 2017; PEREIRA, 2017).

É extremamente reduzido o quadro de profissionais que são qualificados ao atendimento odontológicos para pacientes com deficiência, incluindo os surdos. Consta na agregação Nacional de odontológica 710.234 profissionais apontados no país, porém cerca de apenas 903 profissionais são habilitados a exercer esse tipo de atendimento. Embora seja um número que tem aumentado ao longo dos anos, ainda não superou as expectativas de aumento (CFO, 2023).

Os cirurgiões dentistas abordam estratégias de comunicação com pacientes surdos que se mostram ineficientes, como abordagem através de leitura labial, gestual e escrita. Mesmo na presença de um acompanhante como intérpretes não é o suficiente para garantir uma assistência adequada de qualidade, pois os surdos se tornam sujeitos passivos em seu próprio sistema de saúde-doença. Os pacientes surdos preferem ser atendidos por profissionais que dominam a Língua de Sinais para manter sua privacidade e dependência (OLIVEIRA; CELINO; COSTA, 2015).

No Brasil, vários fatores têm contribuído para uma mudança de perspectiva em relação à assistência à saúde e à surdez. A inclusão do direito à saúde para todos na Constituição Federal Brasileira de 1988 e a implementação da Política Nacional de Humanização (PNH), que enfatiza a importância do acolhimento na assistência à saúde, têm impulsionado uma abordagem mais abrangente no enfrentamento da surdez. Reconhecendo que os surdos têm os mesmos direitos que os ouvintes, é crucial que recebam informações adequadas e sejam considerados corresponsáveis por sua saúde. Para isso, é essencial que os profissionais estejam devidamente capacitados para oferecer um atendimento apropriado (BRASIL, 2013, 2019).

3.6 Tecnologia e Inclusão no atendimento odontológico

Menciona-se no artigo 3º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, a concepção de tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015).

A tecnologia tem sido cada vez mais projetada em todo o território brasileiro, com isso tem se criados cada vez mais instrumentos para fins de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes, levando assim a inclusão através dessas ferramentas móveis desenvolvidas (PAIXÃO; OLIVEIRA, 2019).

O Conselho federal de odontologia aprovou em 2019 um aplicativo para a comunicação dos indivíduos com surdez. OdontoLibras é um aplicativo que possibilita que o usuário consigo desenvolver uma interação através de vídeos com intérprete de libras e vídeos explicativos de procedimento voltados especialmente a odontologia. É um aplicativo que foi disponibilizado para uso em 2020 para IOS e foi criado por uma universidade de odontologia como meio de inclusão (CFO, 2019).

Dos aplicativos disponíveis, destaca-se como um dos mais usados o Hand Talk que é focado mais em inclusão e acessibilidade no geral, não somente dentro da odontologia. O aplicativo usa os sinais de libras por um intérprete (FERNANDES, 2015).

Algumas pesquisas foram realizadas para analisar a satisfação dos usuários surdos com essas tecnologias. Os resultados mostram que os aplicativos ajudam na comunicação, porém, ainda não são seguros para substituir, por exemplo, um intérprete de Libras. Sendo assim, a tecnologia assistiva é interessante, mas não para todos os casos, o ideal é a utilização da Libras como meio de comunicação, e quando não for possível, optar pelo uso dos aplicativos (PAULA, 2022).

4 DISCUSSÃO

O acesso à saúde é um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas. No entanto, quando se trata do atendimento odontológico de pessoas surdas, é crucial abordar a questão com sensibilidade e compreensão, reconhecendo os desafios específicos que essa população enfrenta. A falta de efetividade na aplicação das leis é o que agrava a situação (BRASIL,2019).

Cassiano (2017) corroborou que a efetivação das regulamentações que garantem o direito a pessoa com surdez depende da conscientização, da sensibilização e do comprometimento dos profissionais de saúde, bem como do apoio dos gestores de saúde e da sociedade como um todo. E complementa que, somente por meio de um esforço conjunto será possível garantir que as pessoas surdas tenham acesso pleno aos serviços de saúde e recebam um atendimento de qualidade, respeitando sua singularidade e promovendo sua inclusão social.

Neste sentido, Medeiros et al. (2020) ressaltaram a necessidade de ampliar a discussão sobre a surdez para além da visão biológica da deficiência auditiva. Sendo necessário discutir modos de inclusão social, pois para muitos surdos, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a principal forma de comunicação. Portanto, a falta de profissionais de saúde que compreendam e dominem a Libras pode ser um obstáculo significativo para o atendimento odontológico eficaz.

Reconhecer e valorizar a Libras é fundamental para assegurar a plena participação e o exercício dos direitos das pessoas surdas, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e diversa (MATOS; NASCIMENTO, 2017).

Desta forma, Moraes et al. (2006) apontaram que um dos desafios mais evidentes para o atendimento em saúde da população com surdez é a comunicação. Enquanto os profissionais de saúde costumam usar a fala e a audição para se comunicar com os pacientes, as pessoas surdas podem depender de intérpretes de Libras ou de escrita para transmitir suas preocupações e entender as orientações médicas. Isso pode levar a mal-entendidos e comprometer a qualidade do

atendimento. Oliveira; Celino; Costa (2015) complementaram que a falta de conscientização e treinamento adequado entre os profissionais de saúde é um problema. É essencial que os dentistas e suas equipes saibam como acolher e atender pacientes surdos de maneira inclusiva. Isso não apenas cria um ambiente mais acolhedor, mas também melhora a eficácia do tratamento.

Para a mudança de cenário, as IES devem também assumir a responsabilidade de formar profissionais mais completos e preparados. Ao ofertar Libras como disciplina, garantir que esse ensino seja de qualidade, enfatiza que o cuidado integral, baseado em acolhimento, envolve uma série de ações com fins de saúde e manutenção no cuidado. (MEDEIROS et al., 2020)

Os dados do CFO explicitam a deficiência no quadro de profissionais aptos a oferecer atendimento especializado à população surda, dos mais de setecentos mil profissionais registrados no conselho, menos de meio por cento é apto a se comunicar em Libras. (CFO, 2023)

Embora a tecnologia aproxime os mais distintos mundos, ela ainda apresenta limitações em sua eficiência em eliminar a barreira entre surdos e ouvintes. A presença de um profissional habilitado não só garante a maior eficácia da comunicação, como também aumenta o nível de confiança do paciente. (PAULA, 2022)

É fundamental que haja um esforço contínuo para garantir que os profissionais de saúde odontológica sejam devidamente treinados em como atender pacientes surdos de maneira eficaz. Além disso, a presença de intérpretes de Libras em ambientes odontológicos, quando necessário, é uma prática importante (AL-MAWERI; ZIMMER, 2015).

O atendimento odontológico de pessoas surdas não deve ser encarado como um desafio intransponível, mas como uma responsabilidade e uma oportunidade de garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde. A inclusão e a acessibilidade devem ser prioridades em todas as áreas da saúde, e o atendimento odontológico não é exceção. Quando os profissionais de saúde se esforçam para entender e atender às necessidades de pacientes surdos, estão contribuindo para um sistema de saúde mais inclusivo e eficaz para todos (BRASIL, 2019).

5 CONCLUSÃO

Muitas são as barreiras para estabelecer uma boa comunicação eficaz no atendimento odontológico ao paciente com surdez, que iniciam pela formação profissional, que não capacita o profissional de saúde em Libras atrelado pela dificuldade de acesso à educação do paciente com surdez, que limita o aprendizado na Língua de Sinais. Estas questões são agravadas pela ausência da disciplina LIBRAS como matéria obrigatória nos cursos, principalmente de odontologia, que são ofertadas pelas IES, mas também pela falta de tecnologias de comunicação que ainda não são consideradas totalmente eficazes para substituir o intérprete de libras.

Quando os profissionais não são ativamente qualificados em Libras ou não adotam estratégias de comunicação inclusiva, como a disponibilização de intérpretes, isso pode resultar em uma quebra na comunicação entre o paciente surdo e o dentista. Essa falta de comunicação eficaz pode levar a diagnósticos imprecisos, tratamentos inadequados e prejudicar a saúde bucal e o bem-estar desses pacientes.

Desta forma, pode-se concluir que apesar de toda legislação e evolução nos direitos da pessoa com surdez, no atendimento odontológico ainda existem desafios a serem superados para efetivação de uma comunicação eficaz. Portanto, é fundamental que os profissionais de odontologia reconheçam a importância da inclusão e da comunicação acessível e estejam dispostos a se adaptar às necessidades específicas de cada paciente, a fim de proporcionar um atendimento de qualidade e respeitoso.

6 REFERÊNCIAS

AL-MAWERI, S.A.; ZIMMER S. Oral health survey of 6-14-year-old children with disabilities attending special schools Yemen. **J Clin Pediatr Dent**, Sanaã, v. 39, n. 3, p. 272–276, mar. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. **ABNT**, RJ, 2015.

BISOL C.A.; VALENTINI C.B. Surdez e deficiência auditiva- qual a diferença? **Objeto de Aprendizagem incluir. UCS/FAPERGS**, Caxias do Sul, p. 1-3, 2011.

BORBA, A.P.; SANTOS, B.M.; PUGGINA, A.C. Barreiras de comunicação nas relações enfermeiro-paciente: revisão integrativa. **Revista de Saúde**. Guarulhos, v. 11, n 1-2, p. 48-61, Dez/ 2017.

BRASIL, Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 24 abr. 2002. p.1.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005 p. 28, col. 2.

BRASIL. **Guia de atenção à saúde bucal da pessoa com deficiência**. 1 ed. Brasília- DF: MS, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/razoe/Downloads/guia_atencao_saude_bucal_pessoa_deficiencia%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/razoe/Downloads/guia_atencao_saude_bucal_pessoa_deficiencia%20(1).pdf). Acesso em: 01 ago. 2023

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. 6 Jul 2015, cap. I e II.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República. [2015]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 de set. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em odontologia. Brasília-DF, 2018. p. 04-06. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2019-pdf/111231-pces803-18/file>. Acesso em: 26 jul. 2023

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Surdez. Biblioteca Virtual em Saúde. Jun. 2017. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/surdez-3/#:~:text=Surdez%20%C3%A9%20o%20nome%20dado,e%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20daquilo%20que%20ouvimos>. Acesso em: 10 de Nov. 2022

BRASIL. **Política Nacional de Humanização**. 1 ed. Brasília- DF: MS, 2013.

Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_fol_heto.pdf. Acesso em: 07 jul. 2023

CAMPOS, V.; CARTES-VELÁSQUES, R.; MCKEE, M. Oral Health and Dental Care in Deaf and Hard of Hearing Population: A Scoping Review. **Oral Health & Preventive Dentistry**, USA. Vol. 18, n. 3, p. 417 – 426, Jan. 2020

CASSIANO, P.V. O Surdo e seus direitos: Os dispositivos da lei 10.436 e do decreto 5.626. **Rev. Virtual de Cultura Surda**, São Paulo, v.3, n.21, p. 1-28, mai. 2017.

CFO. **CFO apoia inclusão de pacientes surdos no atendimento odontológico; aplicativo gratuito já está disponível para download**. Conselho federal de Odontologia, 05 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/cfo-apoia-inclusao-de-pacientes-surdos-no-atendimento-odontologico-aplicativo-gratuito-ja-esta-disponivel-para-download/>. Acesso em: 15 de ago. 2023

CFO. **Quantidade Geral de Profissionais e Entidades Ativas**. Conselho Federal de Odontologia, 14 de maio de 2023. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/estatisticas/quantidade-geral-de-entidades-e-profissionais-ativos/>. Acesso em: 14 mai. 2023

DIAS, C.B. A comunicação e a Importância de se Comunicar Bem. **Rev. Saberes em Foco**, Rio grande do Sul, v. 3, n.1, p. 287–297, ago. 2020.

FERNANDES, A.P. **A inclusão por meio da tecnologia do aplicativo de celular Hand Talk**. 2015. 36p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Mídias na Educação) Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais, 2015.

INSTITUTO LOCOMOTIVA; MEIRELLES R. **Agência Brasil: País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva, diz estudo**. Instituto Locomotiva, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em: 15 set. 2023.

KOYAMA, D.F. Os Reflexos da Lei 13.146/2015 – **Estatuto da Pessoa com Deficiência – no sistema jurídico brasileiro**. 2017. 126p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) – Faculdade de Direito de São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

MATOS, P. M., NASCIMENTO, K. C. S. A formação em libras no brasil na atualidade. **Ideias e Inovação-Lato Sensu**, Aracaju, n. 3, p. 79, 2017.

MEDEIROS, Y. D. L.; LOPES, D. F.; FARIA, L. V.; SOARES, M. R. P. S.; SILVÉRIO, C. C. P. Ensino da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de graduação em Odontologia do Sudeste brasileiro: um estudo transversal. **Revista da ABENO**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 113–120, mai. 2020. DOI: 10.30979/rev.abeno.v20i1.933. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/933>. Acesso em: 08 ago. 2023.

MORAES, A.B.A.; BATISTA, C.G.; LOMBARDO, I.; HORINO, L.E.; ROLIM, G.S. Verbalizações de alunos de odontologia sobre a inclusão social de pessoas com deficiência. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 607–615, set. 2006.

MORI, N. N. R.; SANDER, R. E. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE**, 2015. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf. Acesso em: 08 jul. 2023.

OLIVEIRA, Y. C. A. DE; CELINO, S. D. DE M.; COSTA, G. M. C. Comunicação como Ferramenta Essencial para Assistência à Saúde dos Surdos. **Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 307–320, jan. 2015.

PAIXÃO, S.R.; OLIVEIRA, M.R. **Hand Talk: Aplicativo móvel para auxiliar na comunicação com os surdos**. Portal IFBA, Valença, p. 2-4, 2019. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/valenca/arquivos/pesquisa/2019/resumo-expandido-hand-talk-aplicativo-movel-para-auxiliar-na-comunicacao-com-os-surdos-2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023

PAULA, M.P. **Análise do uso de tecnologias assistivas para uma comunicação efetiva entre o cirurgião dentista e o paciente surdo**. 2022. 29p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia). Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Salvador, 2022.

PEREIRA, R.M.; MONTEIRO, L.P.A.; MONTEIRO, A.C.C.; COSTA, I.C.C. Percepção das Pessoas Surdas Sobre a Comunicação no Atendimento Odontológico. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Revista Ciência Plural**. Natal, v. 3, n. 2, p. 53–72, dez. 2017.

SACALOSKI, M. **Vencendo o silêncio e o preconceito com as próprias mãos**. Universidade Federal de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://sp.unifesp.br/epe/desc/noticias/dia-nacional-dos-surdos-2021>. Acesso em: 19 set. 2023.

SOLEMAN, C; BOUSQUAT A; Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo? **Caderno de Saúde Pública**. São Paulo, v. 37, n. 8, p. e00206620, 2021.

THOMA, A. D. S. Educação Bilíngue nas Políticas Educacionais e Linguísticas para Surdos: discursos e estratégias de governamento. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 755–775, jul. 2016.

YONEMOTU, B.P.R; VIEIRA C.M., Diversidade e comunicação: percepções de surdos sobre atividade de educação em saúde realizada por estudantes de medicina, **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde**. São Paulo, v. 14, n. 2, p 139-152, jun. 2020.